



SME SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Atualidades
- ▶ Legislação Específica
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Língua Portuguesa - Módulo III
- ▶ Matemática - Módulo III
- ▶ História/Geografia- Módulo III

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Ciências da Natureza - Módulo III

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SME-SALVADOR- BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR -
BAHIA

Professor Educação Infantil
ao 5ºano

EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026

CÓD: SL- 108JL-26
7901183002542

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo)	11
2. Interpretação e organização interna	19
3. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	20
4. Emprego de tempos e modos dos verbos em português. mecanismos de flexão dos nomes e verbos	22
5. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	25
6. Processos de formação de palavras	34
7. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	39
8. Concordância nominal e verbal	43
9. Transitividade e regência de nomes e verbos	46
10. Padrões gerais de colocação pronominal no português	48
11. Mecanismos de coesão textual	49
12. Ortografia	53
13. Acentuação gráfica	57
14. Emprego do sinal indicativo de crase	59
15. Pontuação	61
16. Estilística: figuras de linguagem	64
17. Reescritura de frases: substituição, deslocamento	66
18. Paralelismo	67
19. Variação linguística	69
20. Norma culta	71

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas. Proposições simples e compostas. Conectivos lógicos. Equivalências e negações de proposições	77
2. Lógica de argumentação	83
3. Diagramas lógicos	86
4. Operações com conjuntos	88
5. Sequências lógicas e reconhecimento de padrões	91
6. Raciocínio lógico-verbal, numérico e analítico. Problemas envolvendo relações entre pessoas, objetos, lugares e eventos fictícios, com dedução de novas informações a partir das condições apresentadas	93
7. Orientação espacial e temporal	98
8. Princípios básicos de contagem	101
9. Raciocínio matemático aplicado à resolução de situações-problema envolvendo porcentagem, razão, proporção e problemas aritméticos e geométricos	105
10. Compreensão, análise e interpretação de situações que exijam a identificação de relações lógicas, a organização de informações e a formulação de conclusões válidas aplicadas ao cotidiano escolar	106

Atualidades

1. O Brasil, a Bahia, Salvador e o mundo: transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas e seus impactos na vida cotidiana e na educação. Democracia, cidadania, direitos humanos, participação social e direitos das crianças e adolescentes. Diversidade cultural, relações étnicoraciais, combate ao racismo, preconceito, discriminação e demais formas de violência. Educação para a equidade, inclusão social e cultura de paz	113
2. Desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e educação ambiental: Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	118
3. Cultura digital e sociedade da informação: tecnologias digitais, inteligência artificial, ética no uso das tecnologias e impactos das transformações digitais na educação e nas relações sociais.....	121
4. Cultura brasileira, baiana e soteropolitana: manifestações culturais, patrimônio histórico e cultural, artes, música, literatura, cinema, teatro e tradições populares. Panorama político, econômico, social, educacional, cultural e ambiental do Estado da Bahia e do Município de Salvador. Questões urbanas, ambientais, educacionais e sociais relacionadas ao contexto local e regional.....	124

Legislação Específica

1. Constituição Federal de 1988: direito à educação, princípios, garantias e competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	133
2. Organização da educação nacional: sistemas de ensino; níveis, etapas e modalidades da Educação Básica; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): fundamentos, objetivos e financiamento da educação básica.....	155
3. Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014): diretrizes, metas e estratégias relacionadas à Educação Infantil, alfabetização, qualidade da educação, inclusão, formação docente, educação integral e gestão educacional; Gestão democrática da educação, avaliação educacional, currículo e formação dos profissionais da educação.....	155
4. Referenciais Curriculares da Secretaria Municipal da Educação de Salvador para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	155
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	155
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	155
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos	156
8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos pedagógicos; competências gerais da Educação Básica; direitos de aprendizagem e desenvolvimento; alfabetização e letramento; campos de experiências da Educação Infantil; competências específicas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; organização curricular e avaliação das aprendizagens. Educação integral, currículo, interdisciplinaridade, práticas pedagógicas integradoras, diversidade e inclusão. Computação na Educação Básica: fundamentos da BNCC da Computação; pensamento computacional; cultura digital; mundo digital; tecnologias digitais aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem	163
9. Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023): inclusão digital; cidadania digital; educação midiática; uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais; desenvolvimento de competências digitais na Educação Básica.....	163
10. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais da criança e do adolescente; direito à educação; proteção integral; medidas de proteção; responsabilidades da escola; prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes; articulação com a rede de proteção.....	166
11. Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016): princípios, diretrizes e garantias voltados ao desenvolvimento integral da criança na primeira infância.....	166
12. Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; democracia; cidadania; cultura de paz; diversidade; direitos humanos na educação básica; Educação das relações étnico-raciais, educação antirracista e enfrentamento ao racismo e às discriminações; Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva	172
13. Política Nacional de Educação Especial.....	172
14. Atendimento Educacional Especializado (AEE)	176

15. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015)	176
16. Acessibilidade, desenho universal para aprendizagem (DUA), inclusão escolar e respeito à diversidade	195

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções contemporâneas de infância, criança e educação. Pedagogia da infância. Educação integral e desenvolvimento humano. Relação escola-família-comunidade	207
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Campos de experiências na Educação Infantil. Interações e brincadeira como eixos estruturantes. Ludicidade e culturas infantis. Organização dos tempos, espaços e materiais pedagógicos.....	210
3. Desenvolvimento infantil: aspectos motores, cognitivos, linguísticos, afetivos, sociais e socioemocionais. Processos de aprendizagem e desenvolvimento na infância.....	214
4. Alfabetização e letramento na perspectiva sociointeracionista. Consciência fonológica. Psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro e Ana Teberosky). Oralidade, leitura, escrita e produção textual. Gêneros textuais. Práticas sociais de leitura e escrita. Formação de leitores. Literatura infantil. Multiletramentos, letramento digital e cultura digital.....	217
5. Educação matemática nos Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento lógico-matemático. Numeracia. Resolução de problemas e situações-problema. Educação estatística. Pensamento computacional nos Anos Iniciais e fundamentos da BNCC da Computação	221
6. Currículo, didática e avaliação: planejamento e organização do trabalho pedagógico. Currículo e interdisciplinaridade. Aprendizagem significativa. Metodologias ativas. Práticas investigativas. Projeto Político-Pedagógico. Avaliação diagnóstica, formativa e processual. Recomposição das aprendizagens e estratégias de intervenção pedagógica. Gestão da sala de aula, convivência escolar e mediação pedagógica.....	224
7. Inclusão e diversidade: educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Transtornos do neurodesenvolvimento e estratégias pedagógicas de acompanhamento das aprendizagens	228
8. Tecnologias e cultura digital: tecnologias digitais na educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Cultura digital, inovação pedagógica e uso crítico, ético e responsável das tecnologias.....	231
9. Direitos humanos, relações étnico-raciais e sustentabilidade: educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Educação antirracista. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Diversidade sociocultural, identidade e contextos educacionais de Salvador e da Bahia. Sustentabilidade, educação ambiental e cultura de paz	234
10. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Educação, sociedade, cultura e trabalho. História da educação brasileira. Função social da escola pública	238
11. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas: pedagogia tradicional, escolanovista, construtivista, sociointeracionista, histórico-crítica e libertadora.....	240
12. Contribuições de autores e teóricos da educação, tais como Paulo Freire, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Emília Ferreiro, Henri Wallon, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Cipriano Luckesi, Maurice Tardif e Philippe Perrenoud, para a aprendizagem, o currículo, a avaliação e a formação docente	243
13. Gestão democrática da educação. Projeto Político-Pedagógico. Planejamento educacional. Currículo e organização do trabalho pedagógico	246
14. Políticas públicas educacionais: Constituição Federal de 1988 (direito à educação); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014); regime de colaboração entre os entes federativos	249
15. Financiamento da educação básica: FUNDEB. Formação inicial e continuada de professores.....	251
16. Avaliação institucional e avaliação em larga escala: SAEB, IDEB, avaliações diagnósticas, monitoramento e indicadores educacionais	253

Língua Portuguesa - Módulo III

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos: Análise, compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais, visuais e multissemióticos. Tema, ideia central, finalidade comunicativa e síntese textual. Informações explícitas e implícitas: pressupostos, subentendidos e inferências. Relações lógico-discursivas, construção de sentidos e efeitos de sentido no texto.....	261
2. Argumentação e organização discursiva: Tese, argumentos e contra-argumentos. Estratégias argumentativas. Operadores argumentativos e sua função no texto. Coerência argumentativa e progressão temática.....	261
3. Gêneros e tipologias textuais: Gêneros textuais e discursivos - características, funções sociais, suportes e contextos de circulação. Tipologias textuais: narração, descrição, dissertação, exposição, argumentação e injunção. Intertextualidade, paráfrase e paródia.....	265
4. Semântica e relações de sentido: Sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, polissemia e paronímia. Ambiguidade e homonímia. Denotação e conotação. Figuras de linguagem: metáfora, metonímia, ironia e outras.....	265
5. Coesão e coerência textual: Elementos de referenciação, substituição e sequenciação textual. Mecanismos de coesão lexical e gramatical. Progressão e articulação textual.....	265
6. Relações lógico-discursivas: Causalidade, temporalidade, conclusão, comparação, finalidade, oposição, condição, explicação e adição. Conectores e articuladores textuais.....	265
7. Variação linguística e norma-padrão: Níveis e variedades linguísticas. Norma-padrão e usos sociais da língua. Adequação linguística a diferentes contextos comunicativos.....	266
8. Oralidade e práticas discursivas Oralidade, escuta e interação comunicativa; Produção oral em diferentes gêneros; Oralidade literária.....	266
9. Análise linguística e gramática aplicada ao texto: Classes gramaticais e seus efeitos de sentido no texto. Flexões nominais e verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Colocação pronominal. Sintaxe da oração e do período. Ortografia oficial, acentuação gráfica e pontuação conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa ...	271
10. Produção textual Produção de textos em diferentes gêneros. Planejamento, textualização, revisão e reescrita. Adequação discursiva e coerência textual.....	271
11. Alfabetização, letramento e multiletramentos: Práticas de leitura e produção textual na perspectiva da alfabetização e do letramento; Multiletramentos, letramento digital e educação midiática. Leitura e produção de textos híbridos (verbais, visuais e multimodais). Cultura digital e práticas contemporâneas de linguagem.....	275
12. Literatura infantil brasileira: Formação do leitor literário; Mediação de leitura; Oralidade literária e experiências estéticas na infância.....	282

Matemática - Módulo III

1. Números naturais: significados, usos sociais e sistema de numeração decimal. Números inteiros: significados, representação e comparação. Números racionais: significados, representações fracionária e decimal, equivalência, comparação, ordenação e localização na reta numérica. Operações com números naturais, inteiros e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão.....	291
2. Porcentagem.....	301
3. Noções de proporcionalidade direta e inversa.....	303
4. Cálculo mental.....	304
5. Estimativa.....	311
6. Uso de estratégias de verificação e resolução de problemas.....	311
7. Múltiplos e divisores. Divisibilidade.....	314
8. Números primos.....	315
9. Álgebra e pensamento algébrico: identificação de regularidades e padrões, sequências numéricas e figurativas.....	316
10. Relações numéricas, introdução à linguagem algébrica e resolução de situações-problema.....	318
11. Expressões algébricas simples e equações do primeiro grau. Proporcionalidade como base do pensamento algébrico ...	322

12. Geometria: espaço, forma e localização. Descrição, interpretação e representação de deslocamentos de pessoas e objetos no espaço. Figuras geométricas planas e espaciais: características, propriedades, composição, decomposição, ampliação, redução e representações. Noções de simetria. Perímetro, área e volume e suas aplicações em situações cotidianas.....	325
13. Grandezas e medidas: procedimentos, instrumentos e sistemas de medida. Medidas de comprimento, massa, capacidade, tempo, temperatura. Conversões entre unidades de medida	338
14. Sistema monetário brasileiro	343
15. Escalas e proporcionalidade aplicadas a mapas, plantas e representações gráficas	345
16. Probabilidade e estatística (tratamento da informação): leitura, interpretação, construção e análise de tabelas, gráficos e diferentes formas de representação de dados. Média aritmética e noções de tendência central. Noções de probabilidade em experimentos aleatórios simples	348
17. Educação estatística e leitura crítica de informações	356
18. Educação financeira e consumo consciente: noções básicas de planejamento financeiro, orçamento, juros simples, descontos, organização de gastos e tomada de decisão em situações de consumo	359
19. Letramento matemático	364
20. Raciocínio lógico, argumentação e comunicação matemática	366
21. Recursos didáticos para o ensino de Matemática: jogos, materiais manipuláveis, tecnologias digitais, história da Matemática e metodologias ativas de ensino-aprendizagem. resolução de problemas, investigação matemática.....	376
22. Pensamento computacional aplicado à resolução de problemas matemáticos: decomposição de problemas, reconhecimento de padrões, abstração e construção de algoritmos.....	386

História/Geografia- Módulo III

1. Fundamentos da História e construção do conhecimento histórico: Fontes históricas, memória, patrimônio histórico-cultural e produção do conhecimento histórico. Noções de tempo histórico: duração, simultaneidade, anterioridade, posterioridade, permanências e transformações sociais.....	395
2. Formação da sociedade brasileira e diversidade cultural: Formação da sociedade brasileira: povos indígenas, africanos, europeus e imigrantes. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Educação das relações étnico-raciais. Diversidade cultural e construção da identidade brasileira	398
3. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.....	401
4. História do Brasil e da Bahia: Acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais da História do Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano. História da Bahia e de Salvador: formação histórica, territorialidade, patrimônio cultural, culturas afro-baianas e manifestações culturais populares	402
5. Povos e comunidades tradicionais e direitos humanos: Direitos humanos, democracia e participação social. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos do campo e demais comunidades tradicionais: modos de vida, territorialidades e relações com o espaço	408
6. Alfabetização cartográfica e representação do espaço geográfico: Construção dos conceitos de espaço geográfico, território, paisagem, lugar e região. Alfabetização cartográfica nos anos iniciais: leitura, interpretação e produção de mapas, plantas e croquis. Escalas, legendas, coordenadas geográficas e orientação espacial.....	411
7. Geografia da sociedade e da natureza: Relações sociedade-natureza. Transformações naturais e ações humanas sobre o espaço geográfico. Educação ambiental, sustentabilidade, mudanças climáticas, preservação ambiental e cidadania socioambiental.....	416
8. Geografia contemporânea e organização do espaço: Espaço brasileiro: população, diversidade regional, urbanização, industrialização, relações campo-cidade, recursos naturais e desigualdades socioespaciais. Geografia contemporânea: mobilidade urbana, segregação socioespacial, dinâmicas urbanas atuais e questões socioespaciais emergentes	420
9. Espaço mundial e globalização: Espaço mundial: globalização, divisão internacional do trabalho, fluxos migratórios, diversidade cultural e relações econômicas e socioambientais.....	423

10. Práticas de ensino de História e Geografia: Metodologias de ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade, investigação, leitura crítica da realidade, territorialidade e formação para a cidadania.....	427
--	-----

Material Digital

Ciências da Natureza - Módulo III

1. Vida, ambiente e sustentabilidade ; Biodiversidade, preservação ambiental e sustentabilidade	3
2. Ambiente e seres vivos: características gerais, classificação e agrupamentos dos seres vivos, e relações ecológicas. Ecossistemas terrestres e aquáticos. Cadeias e teias alimentares; Fluxo de energia e equilíbrio ecológico	5
3. Ar atmosférico: composição, propriedades, importância da atmosfera e impactos ambientais.....	19
4. Água: composição, propriedades, estados físicos, ciclo da água, preservação, consumo consciente e crise hídrica.....	21
5. Solo: composição, formação, conservação, erosão, poluição e uso sustentável	23
6. Seres vivos: características gerais, adaptações e ciclos de vida. Animais e vegetais: reprodução, respiração, alimentação e relações com o ambiente. Fotossíntese, transpiração e importância ecológica das plantas.....	28
7. Ser humano e saúde: conhecimentos básicos sobre o corpo humano e funcionamento integrado dos sistemas do organismo	56
8. Alimentação saudável, higiene, vacinação, prevenção de doenças e promoção da saúde	97
9. Saúde física e mental, autocuidado, educação emocional, prevenção às violências e qualidade de vida; Aspectos biológicos, afetivos, sociais e culturais da sexualidade, com ênfase no autocuidado, respeito às diferenças e compreensão da sexualidade humana	100
10. Matéria e energia: propriedades e transformações da matéria. Formas, fontes e transformações de energia.....	103
11. Recursos naturais, impactos ambientais e uso sustentável da energia	114
12. Resíduos e consumo sustentável: produção e descarte de resíduos, reciclagem, reaproveitamento, economia circular, logística reversa, consumo consciente e responsabilidade socioambiental	118
13. Ciência, tecnologia e sociedade: produção científica, investigação científica, observação, levantamento de hipóteses, análise de evidências e argumentação científica	121
14. Educação científica e alfabetização científica	125
15. Tecnologias e seus impactos ambientais e sociais. Relações entre ciência, tecnologia, ambiente e sociedade.....	128
16. Mudanças climáticas, educação ambiental e cidadania ecológica	131
17. Ética ambiental e sustentabilidade	133
18. Terra e Universo: movimentos da Terra e da Lua, dia e noite, fases da Lua e observação do céu.....	136

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

Exemplos de gêneros textuais descritivos: *anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.*

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

Exemplos de gêneros textuais injuntivos: *receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.*

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, sem exclusão de outros tempos verbais, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

Exemplos de gêneros textuais expositivos: *enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.*

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos: *artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.*

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante, mas não exclusivo, de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

Exemplos de gêneros textuais narrativos: *contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.*

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

► Tipo Textual Descritivo

No texto descritivo, o foco recai sobre a caracterização detalhada de seres, objetos, ambientes ou situações. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

- **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.
- **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.
- **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.
- **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.

Exemplos de uso: *Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.*

Exemplo prático: *“A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”*

► Tipo Textual Injuntivo

No texto injuntivo, predominam instruções e comandos voltados à realização de ações. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

- **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.
- **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.
- **Linguagem clara e prática:** Evita ambiguidades e busca a eficiência na comunicação.

Exemplos de uso: *Receitas de culinária, manuais de instruções, leis, regulamentos e bulas de remédio.*

Exemplo prático: *“Misture a farinha e o fermento em uma tigela. Adicione o leite aos poucos, mexendo bem para não formar grumos. Cozinhe em fogo baixo até engrossar.”*

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo caracteriza-se pela apresentação clara e objetiva de informações e conceitos, sem a intenção de convencer ou influenciar. É comumente utilizado em textos que têm como objetivo transmitir conhecimento, como artigos acadêmicos, enciclopédias, resumos, verbetes e reportagens informativas.

Características principais:

- **Organização lógica:** O texto geralmente é estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão, apresentando o tema de maneira ordenada.
- **Linguagem clara e objetiva:** Não há subjetividade ou opiniões pessoais; o foco é fornecer informações de forma neutra.
- **Presença de exemplos, definições e explicações:** Para facilitar a compreensão do leitor, o autor utiliza recursos que ajudam a esclarecer o tema.

Exemplos de uso: *Textos didáticos, verbetes de dicionário, palestras, conferências e resumos.*

Exemplo prático: *“A água é uma substância composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio (H₂O). Ela é essencial para a vida e cobre cerca de 71% da superfície do planeta.”*

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

No texto dissertativo-argumentativo, há a defesa de um ponto de vista por meio de argumentos organizados. Seu objetivo é discutir um tema, apresentar um ponto de vista e convencer o leitor de uma determinada opinião ou tese. Para isso, o texto utiliza argumentos sólidos e bem estruturados, com exemplos, dados e referências que reforçam a posição defendida.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. CONECTIVOS LÓGICOS. EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”

- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- **“ $2 + 2 = 4$.”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

AMOSTRA

- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **“O número x é maior que 10.”** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

(B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.

(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.

(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.

(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

► Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

ATUALIDADES

O BRASIL, A BAHIA, SALVADOR E O MUNDO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS, CULTURAIS, CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS IMPACTOS NA VIDA COTIDIANA E NA EDUCAÇÃO. DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. DIVERSIDADE CULTURAL, RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS, COMBATE AO RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E DEMAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA. EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E CULTURA DE PAZ

As sociedades estão em constante transformação. Mudanças na organização das famílias, nas formas de trabalho, nos hábitos de consumo, nos meios de comunicação e nas relações entre as pessoas alteram profundamente a vida cotidiana. Essas transformações não acontecem de maneira isolada: acontecimentos internacionais podem produzir consequências no Brasil, enquanto decisões nacionais influenciam diretamente a realidade da Bahia e de Salvador.

O avanço da globalização intensificou a circulação de mercadorias, informações, tecnologias, pessoas e manifestações culturais. Uma inovação desenvolvida em outro país pode rapidamente chegar às escolas, aos locais de trabalho e às residências brasileiras. Da mesma forma, crises econômicas, conflitos internacionais, mudanças climáticas e problemas sanitários podem afetar o preço dos alimentos, a geração de empregos, o transporte, a saúde pública e a educação.

Entretanto, os efeitos dessas mudanças não atingem todas as pessoas de forma igual. Grupos com maior renda, escolaridade e acesso a serviços públicos geralmente possuem melhores condições de adaptação. Em contrapartida, populações socialmente vulneráveis podem enfrentar dificuldades maiores, como desemprego, insegurança alimentar, precariedade da moradia e exclusão digital. Compreender as transformações sociais exige, portanto, observar tanto os avanços quanto as desigualdades que elas podem ampliar.

► Transformações políticas e econômicas

Democracia, decisões públicas e organização da sociedade

As transformações políticas envolvem mudanças nas instituições, nas leis, nas formas de participação social e nas relações entre o Estado e a população. Em uma sociedade democrática, decisões políticas interferem na oferta de educação, saúde, segurança, transporte, cultura, saneamento e assistência social. Por isso, a política não se limita às eleições: ela está presente em todas as escolhas coletivas que afetam a vida da população.

No Brasil, as diferenças regionais influenciam a distribuição de oportunidades e recursos. A Bahia apresenta grande importância histórica, cultural e econômica, mas também convive com desigualdades sociais e territoriais. Salvador, como capital estadual, concentra serviços, instituições, atividades econômicas e equipamentos culturais, ao mesmo tempo que apresenta contrastes entre bairros com diferentes condições de infraestrutura, renda e acesso a direitos.

No campo econômico, a modernização da produção, a expansão do setor de serviços, o crescimento do trabalho por aplicativos e a automação modificaram as relações profissionais. Algumas ocupações desapareceram ou foram reduzidas, enquanto novas atividades surgiram. Essas mudanças exigem qualificação contínua, domínio de tecnologias e capacidade de adaptação. Contudo, também podem gerar instabilidade, informalidade e ausência de proteção trabalhista.

A tabela a seguir ajuda a compreender como uma mesma transformação pode assumir características diferentes conforme a escala geográfica observada.

Escala	Exemplos de transformações	Possíveis impactos cotidianos e educacionais
Mundo	Globalização, inteligência artificial, crises econômicas e mudanças climáticas	Alteração de profissões, circulação rápida de informações e necessidade de educação ambiental e digital
Brasil	Urbanização, desigualdade social, expansão dos serviços e mudanças no mercado de trabalho	Novas demandas profissionais, desafios de inclusão e necessidade de políticas educacionais amplas
Bahia	Diversificação econômica, valorização cultural e desigualdades entre regiões	Necessidade de respeitar identidades locais e ampliar o acesso à educação e aos serviços públicos
Salvador	Crescimento urbano, turismo, economia criativa e desigualdade entre bairros	Problemas de mobilidade, acesso desigual a equipamentos públicos e valorização da cultura afro-brasileira

► **Transformações culturais, científicas e tecnológicas**

Cultura, identidade e circulação de informações

As transformações culturais ocorrem quando valores, costumes, linguagens e formas de expressão se modificam ou entram em contato com outras tradições. A Bahia e Salvador possuem forte presença das culturas africanas e afro-brasileiras, perceptível na música, na culinária, nas festas, nas religiosidades, nas artes e nos modos de viver. Essa riqueza cultural contribui para a formação da identidade brasileira e precisa ser reconhecida no ambiente escolar.

Ao mesmo tempo, a circulação global de conteúdos pode estimular trocas culturais, mas também favorecer a padronização de comportamentos e o enfraquecimento de tradições locais. A educação tem a função de promover o diálogo entre diferentes culturas, evitando tanto a rejeição do novo quanto a desvalorização dos saberes comunitários e ancestrais.

Ciência, tecnologia e transformação digital

O desenvolvimento científico e tecnológico trouxe avanços significativos para a medicina, a comunicação, os transportes, a produção de alimentos e o acesso ao conhecimento. A internet ampliou as possibilidades de estudo e interação, permitindo que estudantes consultem materiais, participem de aulas e desenvolvam projetos colaborativos.

Entretanto, o acesso às tecnologias permanece desigual. Nem todas as famílias possuem computadores, conexão de qualidade ou conhecimentos suficientes para utilizar recursos digitais com segurança. Essa realidade evidencia a exclusão digital, que pode aprofundar desigualdades educacionais.

Além disso, o grande volume de informações disponível exige capacidade crítica. Os estudantes precisam aprender a diferenciar fatos, opiniões, boatos e conteúdos manipulados. O uso responsável das redes sociais envolve proteção de dados pessoais, respeito às diferenças, prevenção do cyberbullying e avaliação da confiabilidade das informações.

► **Impactos das transformações na educação**

A escola diante dos desafios contemporâneos

A escola deve preparar os estudantes para compreender e participar de uma realidade marcada por mudanças rápidas. Isso não significa apenas ensinar o uso de tecnologias, mas desenvolver autonomia, pensamento crítico, criatividade, cooperação e responsabilidade social.

A educação precisa relacionar conteúdos escolares aos problemas concretos da comunidade. Questões como desigualdade urbana, preservação ambiental, racismo, desemprego, mobilidade, violência e acesso a serviços públicos podem ser analisadas a partir da realidade de Salvador e da Bahia, conectando conhecimentos locais a processos nacionais e globais.

Dessa maneira, a escola torna-se um espaço de leitura crítica do mundo. Ao compreender como as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas afetam diferentes grupos, o estudante desenvolve condições para atuar de forma consciente, democrática e solidária na construção de uma sociedade mais justa.

DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► **Democracia como forma de governo e prática social**

O significado da democracia

A democracia é uma forma de organização política fundamentada na soberania popular, isto é, no princípio de que o poder pertence ao povo. Esse poder pode ser exercido diretamente, por meio de consultas, assembleias e outras formas de participação, ou indiretamente, pela escolha de representantes nas eleições. Entretanto, a democracia não se resume ao voto. Ela também depende do respeito às leis, da liberdade de expressão, da pluralidade de ideias, da fiscalização do poder público e da garantia dos direitos fundamentais.

No cotidiano, a convivência democrática exige diálogo, respeito às diferenças e disposição para solucionar conflitos sem violência. Na escola, por exemplo, a democracia pode ser vivenciada quando os estudantes participam da construção de regras, apresentam opiniões, organizam grêmios estudantis, colaboram em projetos coletivos e são ouvidos nas decisões que afetam sua aprendizagem e sua convivência.

Uma sociedade democrática não elimina automaticamente as desigualdades. Por isso, é necessário que as instituições públicas criem condições para que todos possam participar, especialmente as populações historicamente excluídas. Quando determinados grupos não conseguem acessar educação, informação, transporte, saúde ou espaços de decisão, sua participação política torna-se limitada.

► **Cidadania, direitos e responsabilidades**

A cidadania como participação na vida coletiva

Cidadania é a condição de pertencimento a uma comunidade política na qual as pessoas possuem direitos e responsabilidades. Ser cidadão significa poder participar das decisões coletivas, exigir o cumprimento das leis, acompanhar as ações dos governantes e contribuir para a proteção do bem comum.

Os direitos de cidadania podem ser compreendidos em diferentes dimensões. Os direitos civis protegem a liberdade, a igualdade perante a lei, a integridade e a vida privada. Os direitos políticos garantem a participação nas decisões públicas. Os direitos sociais abrangem educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação, segurança e proteção social. Os direitos culturais asseguram o acesso à cultura e o reconhecimento das diferentes identidades e tradições.

Direitos e responsabilidades não são opostos. O exercício da cidadania envolve respeitar os direitos das outras pessoas, preservar os espaços públicos, combater discriminações, participar das decisões comunitárias e agir de maneira ética. Contudo, a responsabilidade individual não substitui o dever do Estado de formular políticas públicas e garantir condições dignas de vida.

A tabela a seguir diferencia conceitos frequentemente relacionados, mas que não possuem exatamente o mesmo significado.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS, GARANTIAS E COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;

- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO. PEDAGOGIA DA INFÂNCIA. EDUCAÇÃO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

► A infância como construção histórica e social

A infância não constitui uma categoria natural e universal, mas uma construção histórica, social e cultural que se transforma conforme mudam as condições econômicas, políticas e simbólicas de cada sociedade. Durante séculos, a criança foi compreendida como um adulto em miniatura, desprovida de especificidades próprias, submetida a papéis produtivos precoces e a relações de subordinação que pouco reconheciam suas particularidades de desenvolvimento. A emergência da infância como fase diferenciada da vida humana está associada a transformações profundas nas estruturas familiares, no papel do Estado e na organização do trabalho, sobretudo a partir da modernidade, quando a criança passa a ser vista como sujeito em formação, merecedor de cuidado, proteção e educação específicos.

Essa mudança de perspectiva não ocorreu de modo linear nem uniforme entre diferentes grupos sociais, etnias e classes. Crianças pobres, negras, indígenas e de contextos rurais frequentemente foram excluídas dos discursos protetivos que se consolidavam para as elites urbanas, permanecendo submetidas a formas de exploração do trabalho infantil e a processos de exclusão educacional. Reconhecer essa desigualdade histórica é fundamental para compreender por que as políticas contemporâneas de educação infantil insistem tanto na equidade e na garantia universal de direitos, e não apenas na oferta genérica de vagas.

► A criança como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura

As concepções contemporâneas superam a visão da criança como receptáculo passivo de estímulos externos ou como projeto de adulto incompleto. A criança passa a ser compreendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade e conhecimento nas interações sociais, na linguagem, na brincadeira e nas múltiplas experiências sensoriais, expressivas, corporais e cognitivas que caracterizam esse período da vida. Essa concepção rompe com modelos adultocêntricos, que avaliam a criança apenas pelo que ela ainda não é capaz de fazer em comparação ao adulto, valorizando, ao contrário, as competências, saberes e formas próprias de comunicação que ela já possui.

A noção de protagonismo infantil

O protagonismo infantil se refere à capacidade da criança de agir intencionalmente sobre o mundo, expressar preferências, construir significados e influenciar as relações que estabelece com adultos e outras crianças. Isso não significa ausência de mediação adulta, mas reconhecimento de que a criança participa ativamente dos processos que a envolvem, opinando, escolhendo e reorganizando situações de aprendizagem propostas pelo educador. A pedagogia contemporânea entende que a escuta atenta das manifestações infantis, verbais e não verbais, é condição para práticas pedagógicas coerentes com essa concepção.

Diferentes campos do conhecimento contribuíram para essa mudança paradigmática, entre eles a sociologia da infância, a psicologia do desenvolvimento e a antropologia da criança. A sociologia da infância, por exemplo, evidencia que crianças produzem culturas próprias, denominadas culturas infantis, que não são simples reproduções do mundo adulto, mas sistemas simbólicos originais construídos coletivamente por meio de brincadeiras, jogos, rituais e linguagens específicas de cada grupo etário e contexto social.

Para compreender melhor as rupturas entre concepções tradicionais e contemporâneas de infância, é útil observar comparativamente alguns eixos que marcam essa transição.

- **Concepção tradicional:** criança vista como adulto em miniatura, incompleta e passiva
- **Concepção contemporânea:** criança vista como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura
- **Concepção tradicional:** aprendizagem centrada na transmissão direta de conteúdos pelo adulto
- **Concepção contemporânea:** aprendizagem construída nas interações, na brincadeira e na experiência
- **Concepção tradicional:** educação infantil voltada à preparação para etapas posteriores de escolarização
- **Concepção contemporânea:** educação infantil com finalidades próprias, vinculadas ao desenvolvimento integral

Essas oposições não devem ser lidas como compartimentos estanques, pois práticas pedagógicas reais frequentemente combinam elementos de diferentes tradições, ainda que o marco legal e teórico contemporâneo estabeleça claramente a direção que se espera da educação infantil na atualidade. A compreensão da criança como sujeito ativo exige do educador uma postura de observação constante, disponibilidade para reorganizar o planejamento a partir das respostas das crianças e valorização de manifestações espontâneas como fontes legítimas de aprendizagem.

► Implicações pedagógicas das concepções contemporâneas

Assumir a criança como sujeito histórico e de direitos implica reorganizar completamente a lógica do trabalho pedagógico. O planejamento deixa de ser prescritivo e sequencial, centrado exclusivamente em conteúdos fixados a priori, e passa a incorporar

a escuta das crianças, a documentação pedagógica de seus processos e a flexibilização de tempos e espaços. O educador assume papel de mediador, organizador de contextos ricos de aprendizagem e observador sistemático, e não apenas de transmissor de informações.

Essa reorganização também impacta a avaliação, que se torna processual e formativa, orientada a compreender os percursos individuais e coletivos de desenvolvimento, e não a classificar ou hierarquizar crianças segundo padrões de desempenho pré-estabelecidos. A concepção contemporânea de infância, portanto, não é apenas um enunciado teórico, mas uma orientação prática que atravessa todas as decisões cotidianas da instituição educativa, desde a organização do espaço físico até a forma como o adulto se dirige à criança nas situações mais simples do cotidiano.

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA COMO CAMPO TEÓRICO E PRÁTICO

► Fundamentos e especificidade da pedagogia da infância

A pedagogia da infância constitui um campo teórico e prático que se distingue da pedagogia escolar tradicional por reconhecer especificidades próprias do desenvolvimento e da aprendizagem na primeira infância. Diferentemente de abordagens que aplicam à educação infantil lógicas curriculares e didáticas concebidas para o ensino fundamental, a pedagogia da infância parte da premissa de que crianças pequenas aprendem por meio de processos sensoriais, corporais, simbólicos e relacionais que exigem organização pedagógica própria, fundamentada na indissociabilidade entre cuidar e educar.

Essa indissociabilidade é um dos pilares mais relevantes desse campo. Cuidar e educar não são dimensões separadas ou hierarquizadas, em que o cuidado seria uma ação assistencialista e a educação uma ação intelectual mais valorizada. Ao contrário, alimentar, higienizar, acolher emocionalmente e proporcionar experiências de aprendizagem são atos simultaneamente educativos, pois cada gesto de cuidado carrega dimensões afetivas, comunicativas e formativas que constituem a criança integralmente. Um profissional que troca a fralda de um bebê, por exemplo, está também estabelecendo vínculo, comunicando-se, respeitando o corpo da criança e oferecendo modelos de interação que serão internalizados.

A superação da dicotomia entre assistência e educação

Historicamente, instituições de atendimento à infância pequena estiveram vinculadas a políticas assistenciais, voltadas sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade, enquanto a educação formal se reservava a crianças maiores, em instituições de caráter mais pedagógico. A consolidação da pedagogia da infância como campo específico rompeu com essa dicotomia, afirmando que toda criança, independentemente de sua condição socioeconômica, tem direito a uma educação de qualidade desde o nascimento, integrada ao cuidado, e não subordinada a ele nem dele dissociada.

► Princípios organizadores da prática pedagógica na infância

A prática pedagógica orientada pela pedagogia da infância se organiza a partir de alguns princípios centrais que orientam a ação cotidiana do educador. Entre eles, destacam-se a intencionalidade pedagógica, que exige planejamento consciente mesmo

em situações aparentemente espontâneas; a documentação pedagógica, que registra sistematicamente os processos das crianças por meio de fotografias, relatos, produções e observações; e a organização de ambientes provocadores, que convidam à exploração, à investigação e à interação.

A intencionalidade pedagógica não deve ser confundida com rigidez ou diretividade excessiva. Trata-se de um planejamento aberto, que prevê possibilidades, disponibiliza materiais e organiza tempos e espaços de modo a favorecer aprendizagens significativas, mas que permanece sensível às respostas das crianças, permitindo reorientações constantes. Esse tipo de planejamento exige do educador conhecimento profundo sobre desenvolvimento infantil, sobre os interesses do grupo específico com quem trabalha e sobre as possibilidades pedagógicas de cada material e situação oferecidos.

Para sistematizar a compreensão sobre os papéis que compõem a prática pedagógica na infância, é útil considerar comparativamente as dimensões que estruturam esse trabalho.

- **Dimensão da observação:** acompanhamento sistemático dos processos individuais e coletivos das crianças
- **Dimensão da documentação:** registro das aprendizagens por meio de múltiplas linguagens e suportes
- **Dimensão da organização de ambientes:** disposição intencional de espaços, materiais e tempos pedagógicos
- **Dimensão da mediação:** intervenção sensível do adulto nas interações e conflitos entre as crianças
- **Dimensão da avaliação formativa:** análise contínua dos percursos de desenvolvimento sem classificação comparativa

Essas dimensões operam de modo integrado e simultâneo na rotina pedagógica, e não como etapas sucessivas de um processo linear. Um educador experiente frequentemente observa, documenta, organiza e avalia de forma entrelaçada durante uma mesma situação de aprendizagem, o que exige formação continuada robusta e tempo institucional garantido para planejamento coletivo e reflexão sobre a prática.

► A formação docente para a pedagogia da infância

A especificidade da pedagogia da infância exige formação docente que vá além do conhecimento de conteúdos disciplinares, incorporando saberes sobre desenvolvimento infantil, sobre linguagens artísticas e corporais, sobre organização de rotinas e sobre observação e documentação pedagógica. Muitos cursos de formação inicial ainda reproduzem lógicas curriculares voltadas para etapas posteriores da escolarização, o que gera lacunas na preparação de profissionais para atuar com bebês e crianças pequenas.

A formação continuada, nesse sentido, assume papel decisivo na consolidação de práticas coerentes com os princípios da pedagogia da infância, sobretudo quando organizada de forma colaborativa, com espaços institucionais de planejamento conjunto, análise de registros e discussão de casos concretos vivenciados pelos próprios educadores em sua realidade de trabalho. A qualidade da educação infantil depende diretamente da qualidade dessa formação e das condições objetivas de trabalho oferecidas às equipes pedagógicas, incluindo tempo remunerado para planejamento e estudo.

LÍNGUA PORTUGUESA - MÓDULO III

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, VISUAIS E MULTISSEMIÓTICOS. TEMA, IDEIA CENTRAL, FINALIDADE COMUNICATIVA E SÍNTESE TEXTUAL. INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS: PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFERÊNCIAS. RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS, CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa.

Bons estudos!

ARGUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: TESE, ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS. ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS. OPERADORES ARGUMENTATIVOS E SUA FUNÇÃO NO TEXTO. COERÊNCIA ARGUMENTATIVA E PROGRESSÃO TEMÁTICA

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO: PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS

A argumentação é um processo discursivo que visa influenciar, convencer ou persuadir um interlocutor por meio de raciocínios e estratégias linguísticas.

Desde a Antiguidade, a retórica e a argumentação são estudadas como formas essenciais de comunicação, especialmente na filosofia, no direito e na política. No campo da linguística, a argumentação é vista como um fenômeno textual-discursivo que organiza o discurso de acordo com finalidades comunicativas específicas.

Para compreender a argumentação, é essencial conhecer seus princípios fundamentais e as estratégias discursivas mais utilizadas.

► Princípios fundamentais da argumentação

A argumentação se baseia em alguns princípios essenciais para sua estruturação e eficácia:

Persuasão e convencimento:

O objetivo central da argumentação é convencer ou persuadir um interlocutor sobre um determinado ponto de vista. Embora os dois termos sejam frequentemente usados como sinônimos, há uma distinção:

- Convencer está relacionado ao uso da lógica e da razão para demonstrar a validade de um argumento.

- Persuadir envolve um apelo mais subjetivo, baseado em emoções e valores para influenciar o receptor.

Interação discursiva:

Todo discurso argumentativo pressupõe a existência de um emissor e um receptor. O locutor organiza seu discurso prevenindo possíveis objeções do interlocutor e utilizando recursos para reforçar sua posição. A argumentação, portanto, é um fenômeno interacional e dialógico.

Construção da credibilidade (ethos, pathos e logos):

Os estudos da retórica clássica, especialmente de Aristóteles, identificaram três pilares fundamentais para a eficácia argumentativa:

- **Ethos:** credibilidade do orador. A maneira como o locutor se apresenta influencia a aceitação de seus argumentos.
- **Pathos:** apelo emocional. Explora sentimentos como medo, alegria, indignação ou empatia para persuadir.
- **Logos:** base lógica e racional. Argumentos estruturados com dados, fatos e raciocínios coerentes.

► Estratégias argumentativas

As estratégias argumentativas são recursos utilizados para construir e reforçar um ponto de vista. Entre as mais comuns, destacam-se:

Argumentação por exemplificação:

Consiste em apresentar exemplos concretos que sustentem a tese defendida. Exemplo:

A poluição dos oceanos está se agravando. Em 2021, um estudo revelou que mais de 8 milhões de toneladas de plástico são descartadas anualmente nos mares.

Argumentação por analogia:

Estabelece uma comparação entre situações semelhantes para reforçar o ponto de vista. Exemplo:

Assim como uma máquina precisa de manutenção para funcionar bem, a mente humana também precisa de estímulos constantes para manter-se ativa e criativa.

Argumentação por causa e consequência:

Demonstra a relação entre um fato e seus efeitos. Exemplo:

O uso excessivo de telas pode prejudicar o sono das crianças, pois a luz azul inibe a produção de melatonina, hormônio responsável pelo sono.

Argumentação de autoridade:

Baseia-se na citação de especialistas, pesquisas acadêmicas ou fontes reconhecidas. Exemplo:

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o sedentarismo é um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares.

Refutação de argumentos contrários:

Uma estratégia eficaz é antecipar possíveis objeções do interlocutor e refutá-las. Exemplo:

Alguns defendem que a pena de morte reduz a criminalidade, mas pesquisas mostram que países que adotaram essa medida não tiveram queda significativa nos índices de violência.

A ENUNCIÇÃO E SUAS MARCAS LINGÜÍSTICAS

A enunciação é um conceito fundamental nos estudos da linguística e da análise do discurso. Trata-se do ato de produzir um enunciado em um contexto específico, levando em conta os elementos que o compõem, como o locutor (quem fala), o interlocutor (para quem se fala), o tempo, o espaço e as intenções comunicativas.

Diferentemente da simples análise da frase como uma estrutura fixa, a enunciação estuda como a linguagem é utilizada em situações concretas e como os sujeitos deixam marcas de sua presença no discurso. Essas marcas linguísticas permitem identificar a relação entre o emissor, o receptor e o contexto da comunicação.

► Conceito de enunciação

A teoria da enunciação foi desenvolvida principalmente pelo linguista Émile Benveniste, que diferenciou língua (sistema de signos compartilhado por uma comunidade) e discurso (uso concreto da língua em atos de comunicação). Segundo ele:

“A linguagem só existe plenamente no ato de enunciação.”

Ou seja, a língua, por si só, é um código abstrato, mas ganha sentido quando é empregada por um sujeito em um contexto determinado.

A enunciação é, portanto, um fenômeno dinâmico, no qual um locutor organiza seu discurso, adaptando-se ao seu interlocutor e ao contexto da comunicação.

► Marcas linguísticas da enunciação

O ato de enunciar deixa vestígios no texto, que revelam a presença do locutor e suas intenções. As principais marcas linguísticas da enunciação são:

Pronomes pessoais e de tratamento:

Os pronomes indicam a posição do locutor e do interlocutor na comunicação. Exemplos:

Eu, nós → Indicam a presença explícita do locutor no discurso.

Tu, você, vocês → Marcam a interlocução direta.

“Eu acredito que precisamos mudar nossas atitudes em relação ao meio ambiente.” (Uso do pronome “eu” enfatiza o ponto de vista do locutor.)

Pronomes possessivos e demonstrativos:

► Esses pronomes situam os elementos do discurso em relação ao emissor e ao receptor:

Meu, nosso → Expressam posse do locutor.

Este, esse, aquele → Indicam a posição dos referentes em relação aos participantes da comunicação.

“Essa ideia que você mencionou é interessante, mas prefiro esta aqui.” (Demonstra a relação espacial e discursiva entre locutor e interlocutor.)

Verbos no discurso direto e indireto:

A enunciação se manifesta também por meio da escolha verbal. No discurso direto, há marcas explícitas do locutor; no discurso indireto, há um deslocamento da enunciação.

▪ **Discurso direto:** Maria disse: “Vou viajar amanhã.”

▪ **Discurso indireto:** Maria disse que viajaria no dia seguinte.

No discurso indireto, há mudanças nos tempos verbais e nos pronomes, indicando um distanciamento da enunciação original.

Verbos no presente e no passado:

Os tempos verbais situam o enunciado no tempo do discurso. O presente do indicativo marca a atualidade da enunciação, enquanto o pretérito pode indicar um afastamento temporal ou discursivo.

▪ **Presente:** “Estou escrevendo um artigo sobre argumentação.” (Atividade em curso no momento da enunciação.)

▪ **Pretérito perfeito:** “Escrevi um artigo sobre argumentação.” (O fato já foi concluído.)

Modalizadores:

Os modalizadores são expressões que revelam a atitude do locutor em relação ao enunciado. Podem indicar certeza, dúvida, possibilidade, obrigação, entre outros.

▪ **Certeza:** “Com certeza, o aquecimento global é um problema grave.”

▪ **Dúvida:** “Talvez a solução seja investir em energias renováveis.”

▪ **Obrigação:** “Devemos repensar nossos hábitos de consumo.”

Os modalizadores mostram como o locutor se posiciona no discurso e orientam a interpretação do interlocutor.

Marcas de subjetividade:

A subjetividade na enunciação pode ser percebida por meio de advérbios, adjetivos e construções opinativas.

“Infelizmente, muitas pessoas ainda não se preocupam com a preservação ambiental.” (O advérbio “infelizmente” revela a opinião do locutor.)

MATEMÁTICA - MÓDULO III

NÚMEROS NATURAIS: SIGNIFICADOS, USOS SOCIAIS E SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL. NÚMEROS INTEIROS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÃO E COMPARAÇÃO. NÚMEROS RACIONAIS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÕES FRAÇÃOÁRIA E DECIMAL, EQUIVALÊNCIA, COMPARAÇÃO, ORDENAÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA RETA NUMÉRICA. OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS: SIGNIFICADOS, PROPRIEDADES E PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO ENVOLVENDO ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

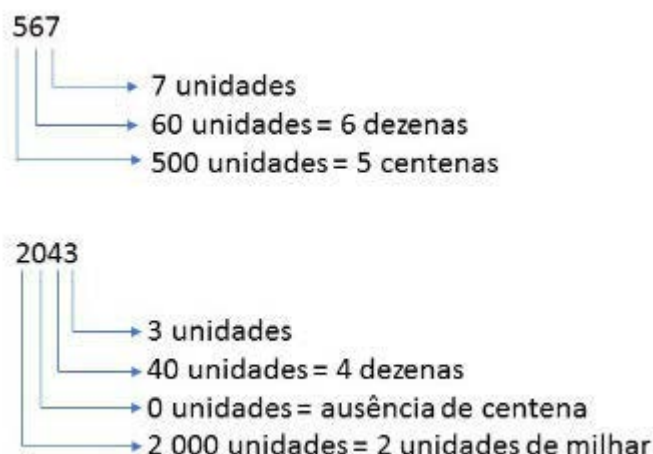
Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor. É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de sistema de numeração indo-arábico.

HINDU 300 a.C	-	=	≡	୪	୮	୯	୮	୮	୮	
HINDU 500 d.C	୮	୮	୮	୮	୮	(	୮	୮	୮	୮
ÁRABE 900 d.C	1	୮	୮	୮	୮	୮	୮	୮	୮	୮
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	୮	୮	୮	୮	୮	୮	୮	୮	୮
ITALIANO 1400 d.C	1	2	୮	4	୮	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

► Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:
 - 10 unidades = 1 dezena
 - 10 dezenas = 1 centena
 - 10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos:



► Ordens e Classes

No sistema de numeração decimal cada algarismo representa uma ordem, começando da direita para a esquerda e a cada três ordens temos uma classe.

CLASSE DOS BILHÕES			CLASSE DOS MILHÕES			CLASSE DOS MILHARES			CLASSE DAS UNIDADES		
12ª ORDEM	11ª ORDEM	10ª ORDEM	9ª ORDEM	8ª ORDEM	7ª ORDEM	6ª ORDEM	5ª ORDEM	4ª ORDEM	3ª ORDEM	2ª ORDEM	1ª ORDEM
CENTENAS DE BILHÃO	DEZENAS DE BILHÃO	UNIDADES DE BILHÃO	CENTENAS DE MILHÃO	DEZENAS DE MILHÃO	UNIDADES DE MILHÃO	CENTENAS DE MILHAR	DEZENAS DE MILHAR	UNIDADES DE MILHAS	CENTENAS	DEZENAS	UNIDADES

Para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um ponto para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

Exemplo 1: Realize a leitura do número 57283

Primeiro, separamos os blocos de 3 algarismos da direita para a esquerda e colocamos um ponto para separar o número: 57. 283.

No quadro acima vemos que 57 pertence a classe dos milhares e 283 a classe das unidades simples. Assim, o número será lido como: cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e três.

Exemplo 2: Realize a leitura do número 12839696

Separando os blocos de 3 algarismos temos: 12.839.696

O número então será lido como: doze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

► Significados e usos dos números naturais

Os números naturais são utilizados em diferentes situações do cotidiano. Eles podem representar:

- Quantidade: indicam o número de elementos de uma coleção.

Exemplo: uma turma possui 30 alunos.

- Ordem: indicam a posição de uma pessoa ou objeto em uma sequência.

Exemplo: Ana ficou em 2º lugar na competição.

- Medida: expressam resultados de medições.

Exemplo: a distância entre duas cidades é de 80 quilômetros.

HISTÓRIA/GEOGRAFIA-

MÓDULO III

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: FONTES HISTÓRICAS, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO. NOÇÕES DE TEMPO HISTÓRICO: DURAÇÃO, SIMULTANEIDADE, ANTERIORIDADE, POSTERIORIDADE, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

► A História como campo do conhecimento

Passado, História e conhecimento histórico

O passado corresponde ao conjunto de acontecimentos, experiências, relações e processos que ocorreram antes do presente. Ele não pode ser recuperado integralmente, pois grande parte das ações humanas não deixou registros, enquanto muitos vestígios foram destruídos, modificados ou esquecidos. A História, por sua vez, é o campo do conhecimento que investiga esse passado por meio da análise crítica dos vestígios deixados pelas sociedades.

O conhecimento histórico não constitui uma reprodução exata dos acontecimentos. Ele resulta de uma construção intelectual realizada a partir de perguntas, métodos de investigação, seleção de fontes e interpretação das evidências disponíveis. Por essa razão, estudar História não significa apenas memorizar datas, personagens ou fatos isolados, mas compreender relações sociais, conflitos, mudanças, permanências e diferentes formas de organização da vida humana.

Os sujeitos históricos

Durante muito tempo, as narrativas históricas concentraram-se em reis, governantes, militares e grandes acontecimentos políticos. Com a ampliação dos estudos históricos, diferentes grupos passaram a ser reconhecidos como sujeitos históricos, incluindo trabalhadores, mulheres, povos indígenas, populações africanas e afrodescendentes, crianças, comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Ser sujeito histórico significa participar da construção da vida coletiva, ainda que essa participação não esteja registrada em documentos oficiais. As ações individuais ocorrem dentro de contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, mas os indivíduos e os grupos também podem transformar esses contextos.

► A produção do conhecimento histórico

O trabalho do historiador

O historiador formula problemas relacionados ao passado e procura respondê-los por meio da investigação. Uma pesquisa histórica geralmente começa com uma pergunta, como: quais fatores contribuíram para determinado conflito? Como um grupo social vivia em certa época? Por que determinadas práticas permaneceram enquanto outras foram abandonadas?

Para desenvolver a pesquisa, o historiador localiza fontes, verifica sua origem, identifica seus produtores, analisa sua linguagem e compara diferentes evidências. Esse trabalho exige atenção ao contexto em que cada documento foi produzido, pois nenhum registro é neutro ou completamente transparente.

As etapas fundamentais da investigação histórica podem ser compreendidas da seguinte maneira:

- Definição de um tema e formulação de um problema histórico.
- Levantamento e seleção de fontes relacionadas ao problema.
- Análise da autoria, da finalidade e do contexto de produção das fontes.
- Comparação entre diferentes registros e interpretações.
- Organização dos argumentos e elaboração da narrativa histórica.

Interpretação e diversidade de perspectivas

Um mesmo acontecimento pode ser estudado a partir de diferentes perspectivas. Uma guerra, por exemplo, pode ser investigada por seus aspectos militares, econômicos, políticos, culturais ou cotidianos. Também pode ser observada do ponto de vista dos governantes, dos soldados, da população civil ou dos grupos derrotados.

As interpretações históricas podem mudar quando novas fontes são descobertas, novos métodos são desenvolvidos ou questões antes ignoradas passam a ser consideradas. Isso não significa que qualquer explicação seja válida. Uma interpretação precisa ser coerente, fundamentada em evidências e construída por meio de procedimentos críticos.

Fatos e processos históricos

Os fatos históricos são acontecimentos situados no tempo e no espaço, como a aprovação de uma lei, uma revolta ou a assinatura de um acordo. Entretanto, eles não devem ser analisados de forma isolada. Cada fato está relacionado a processos mais amplos, que podem envolver transformações econômicas, disputas políticas, mudanças culturais ou conflitos sociais.

A análise histórica busca estabelecer conexões entre diferentes acontecimentos, sem reduzir processos complexos a uma causa única. As sociedades são formadas por múltiplos interesses e relações, o que exige explicações capazes de considerar a diversidade dos fatores envolvidos.

FONTES HISTÓRICAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

► O conceito de fonte histórica

Vestígios das experiências humanas

Fontes históricas são vestígios produzidos ou modificados pelos seres humanos que podem fornecer informações sobre as sociedades do passado. Elas não são apenas documentos escritos e oficiais. Objetos, construções, fotografias, depoimentos, músicas, filmes, mapas, roupas, ferramentas, paisagens transformadas e registros digitais também podem ser utilizados em uma investigação histórica.

Um vestígio não apresenta automaticamente todas as informações que contém. Ele se torna fonte histórica quando é interrogado pelo pesquisador. Uma fotografia, por exemplo, pode ser analisada para investigar vestimentas, relações familiares, formas de trabalho, espaços urbanos, técnicas de registro ou maneiras de representar determinados grupos.

► Tipos de fontes históricas

Diversidade dos registros

A classificação das fontes auxilia a organização da pesquisa, mas uma mesma fonte pode pertencer a mais de uma categoria. Um filme, por exemplo, reúne imagens, sons, linguagem escrita, técnicas artísticas e valores culturais.

Entre os principais tipos de fontes, destacam-se:

- **Fontes escritas:** cartas, leis, jornais, diários, livros, atas, contratos e registros administrativos.
- **Fontes orais:** entrevistas, relatos de vida, depoimentos, lendas, cantos e tradições transmitidas pela fala.
- **Fontes visuais:** pinturas, fotografias, gravuras, cartazes, mapas, desenhos e charges.
- **Fontes materiais:** edifícios, moedas, utensílios, ferramentas, vestimentas, monumentos e objetos arqueológicos.
- **Fontes sonoras e audiovisuais:** músicas, discursos gravados, programas de rádio, filmes e vídeos.
- **Fontes digitais:** mensagens eletrônicas, páginas virtuais, publicações em redes sociais, bancos de dados e arquivos eletrônicos.

Fontes primárias e secundárias

As fontes primárias são produzidas no período ou no contexto diretamente relacionado ao objeto estudado. Uma carta escrita por um soldado durante uma guerra pode ser considerada uma fonte primária para a investigação daquele conflito.

As fontes secundárias são elaboradas posteriormente, com base na análise de outras fontes. Livros didáticos, artigos acadêmicos, documentários históricos e obras de síntese geralmente pertencem a essa categoria. A classificação depende do problema de pesquisa. Um livro de História publicado no passado pode

ser uma fonte secundária para o período que descreve e uma fonte primária para o estudo das ideias históricas da época em que foi publicado.

► A análise crítica das fontes

Autoria, contexto e finalidade

Toda fonte foi produzida em determinadas circunstâncias. Para analisá-la, é necessário identificar quem a produziu, quando, onde, com qual finalidade e para qual público. Um relatório governamental pode apresentar informações diferentes de uma carta pessoal, mesmo que ambos tratem do mesmo acontecimento.

O pesquisador também deve observar a linguagem utilizada, os interesses envolvidos e as informações que foram omitidas. Documentos oficiais podem privilegiar a visão das autoridades, enquanto determinados grupos sociais podem aparecer apenas de forma indireta.

A análise crítica de uma fonte envolve algumas perguntas fundamentais:

- Quem produziu o registro e qual posição social ocupava?
- Em que contexto político, econômico e cultural ele foi elaborado?
- Qual era sua finalidade e a quem se destinava?
- Quais informações são apresentadas, destacadas ou silenciadas?
- Que outras fontes podem confirmar, complementar ou questionar seu conteúdo?

Cruzamento das evidências

Uma única fonte raramente é suficiente para explicar um processo histórico. Por isso, os historiadores cruzam documentos de diferentes origens. O confronto entre registros permite identificar contradições, interesses e perspectivas diversas.

Fontes não são verdadeiras ou falsas apenas por sua natureza. Mesmo um documento que contenha distorções pode revelar valores, medos, objetivos ou estratégias de quem o produziu. O trabalho histórico consiste em compreender tanto as informações explícitas quanto as condições sociais que orientaram sua produção.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

► Memória e experiência social

Memória individual e coletiva

A memória é a capacidade de recordar, selecionar e atribuir significado a experiências passadas. Ela possui uma dimensão individual, relacionada às lembranças pessoais, e uma dimensão coletiva, construída por famílias, comunidades, instituições e grupos sociais.

As lembranças individuais são influenciadas pelo meio social. Datas comemorativas, relatos familiares, cerimônias, monumentos, fotografias e ensinamentos escolares contribuem para determinar o que é lembrado e como determinado acontecimento é interpretado.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!